

PEDAGOGIA PELO E PARA O TRABALHO: AÇÃO DISCIPLINADORA DA BURGUESIA E A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

*Alcione Rodrigues**

I - INTRODUÇÃO

A história do pensamento anarquista, isto é, do pensamento socialista anárquico ou libertário, inclusive em nosso país, ainda pertence àquele conjunto de percepções difusas, porque vivemos em uma totalidade que compreende as dimensões política, econômica, social, cultural da vida concreta dos homens, de forma totalitária. A totalidade da dinâmica histórica do capitalismo que se impõe como hegemônico, único e exclusivo, o traduz como totalitário, legítimo e legitimador do todo social, uma vez que o impõe como critério. E ao se fazer critério, o pensamento hegemônico de caráter capitalista seleciona e legitima a marginalização que se reproduz em todos os níveis. Portanto, enquanto "ordem estabelecida", por esta visão totalitária, se explica como a "ordem real". Neste sentido tudo que está fora dela é entendido como desordem, ignorância, subversão, delinqüência, doença.¹

É pois, neste contexto totalitário, que se exclui a percepção dialética da totalidade e da unidade histórica em que circunscreve-se a história dos grupos anarquistas como símbolo desta ordem marginal à visão totalitária de mundo. Sinônimo de desordem, porque não pertence à "ordem real", isto é, não pertence à lógica capitalista. Traduz-se então como ignorância, porque não se enquadra nos "pensamentos científicos" postos por esta ordem, delinqüência, porque conspira contra a ordem e as posições autoritárias e dogmáticas de todos os matizes; subversão, porque subverte a ordem estabelecida e hegemônica em busca da revolução, entendida como social e, portanto, no âmbito do político e não como substituição de ideólogos no poder político-partidário.

O pensamento socialista anarquista ou libertário merece, embora marginal, uma discussão que esclareça sua história em nosso país. Se isto não bastasse para justificar a preocupação, sua retomada hoje se impõe como estudo necessário ante às expectativas que levanta e ante o desencanto que os homens contemporâneos se encontram diante do trabalho, da

* Professora do Departamento de Princípios e Organização da Prática Pedagógica, da Universidade Federal de Uberlândia.

1. PEY, Maria Orly e SILVA, Jorge, 1993.

organização da vida e dos costumes. Foi, pois, considerando estes fatos que me propus incluir o pensamento socialista anárquico como parte de meus estudos no período de sua maior expressão histórica na realidade brasileira, final do século XIX e início do século XX.

Bem, tendo em vista as afirmações feitas nas considerações iniciais deste estudo sobre o pensamento anarquista, ou seja, de que este ainda, permanece pouco conhecido em nosso meio, creio ser necessário fazer nesta introdução um breve histórico que possa explicitar os princípios nos quais este pensamento se apoia.

O pensamento socialista anárquico se interessa pelas coisas públicas, por isso, pode ser considerado dentro dos planos republicanos, uma vez que a palavra Res pública quer dizer coisa pública, embora o anarquismo se oponha a qualquer forma de governo do homem sobre o homem, sendo também contra a idéia de Estado. Pois bem, o socialista anárquico caracteriza-se por não aceitar qualquer tipo de autoritarismo, por considerar que o único poder nasce da reflexão e do raciocínio do homem livre. Apoiado na liberdade, seu princípio primeiro, o anarquismo traduz sua preocupação com a educação e a cultura, considerando os anarquistas que: quanto mais ignorante for o homem, mais obediente ele é; sua confiança é mais absoluta no seu guia. Continuando esta análise PHOUDHON diz que "à medida que a sociedade toma-se esclarecida a 'autoridade' imposta reduz. A história nos mostra este fato. No início da organização das nações, os homens, sem conhecimento de métodos, sem princípios, sem saber usar a razão, não conseguiam e nem podiam julgar suas conclusões e aí a autoridade real é absoluta. Não existe conhecimento adquirido que possa contradizê-lo. Aos poucos, a experiência produz hábitos, que se desenvolvem em costumes e estes transformam-se em conceitos, enunciados, princípios enfim em leis que se impõem a autoridade as quais este terá de obedecer, pois as leis são feitas independente dele. Em face a consideração de que a lei que dirige a ciência política existe independente da vontade dos reis, presidentes, das minorias e ou das maiorias, pois se inserem no plano do real concreto, colocando-se além das aparências, uma vez que os avanços da sociedade são construídos com a explicitação das contradições que estão postas no real. Isto leva ao entendimento de que a história é um processo dinâmico, que envolve avanços e retrocessos e, que a política é uma ciência, não uma estratégia. Nesta perspectiva a função do legislador se reduz, em última análise, à procura metódica da verdade².

2. PHOUDHON, Pierre-Joseph, 1985.

É, pois, com esta perspectiva política que Phoukhon considera que: “numa sociedade a autoridade do homem sobre o homem é inversamente proporcional ao estágio de desenvolvimento intelectual que aquela sociedade atingiu. Por isto a provável duração daquela autoridade pode ser calculada pelo desejo mais ou menos forte de um governo verdadeiro, isto é, um governo científico. Assim a justiça, como direito da força e do artifício, recua diante do avanço estável da justiça e ao final deve ser extinto pela igualdade”.³

Dessa forma, a igualdade e a racionalidade científica constituem-se princípios que aliados à liberdade e à independência tornam-se sustentação do socialismo anárquico. Assim, como o homem busca justiça e igualdade, a sociedade busca ordem na anarquia.

Anarquia não quer dizer desordem ou caos, mas ausência de um mestre, de um governante, é a forma de governo baseada na autonomia.

Desta forma, o socialismo anárquico difere do comunismo, uma vez que, segundo o comunismo confunde uniformidade com lei e nivelamento com igualdade. Ora, o socialismo anárquico conforme expõe Phoukhon, busca a construção de uma sociedade baseada em quatro princípios: igualdade, lei, independência e proporcionalidade.

Phoukhon apresenta estes princípios da seguinte forma em o “Nascimento da Anarquia: a morte da propriedade” (1840):

1 - A igualdade se constitui na igualdade de condições, isto é, dos meios e não na igualdade econômica ou de conforto. Tarefa esta que, segundo Phoukhon, os trabalhadores devem atingir por si mesmos, quando partilharem de meios iguais. Tal forma de ver o mundo, a sociedade e o homem, na perspectiva socialista anárquica, não viola a justiça e a “équité”.

2 - A lei é resultado do conhecimento dos fatos e está baseada na necessidade. Desta forma não entra em conflito com autonomia e independência do homem no meio social.

3 - A independência individual, originária da diferença de aptidões e capacidades, pode, pois, existir sem ameaçar o coletivo dentro dos limites da lei.

3. Op. cit., p. 23.

4 - Neste sentido, a prosperidade, admitida apenas na esfera da inteligência e dos sentimentos e não dos elementos materiais, pode ser observada sem violar a justiça e a igualdade social.

O socialismo anárquico se traduz, então, como síntese do comunismo e do capitalismo, como reino da liberdade. Nesta direção, os libertários têm claro que a liberdade é igualdade, porque não admite o controle da vontade, mas apenas o governo da lei; isto é, da necessidade. Como a liberdade é variedade infinita, porque respeita o desejo nos limites da lei, ela permite a renovação e criatividade. Por outro lado, liberdade é proporcionalidade, porque permite a expansão, a ambição do mérito, e a emulação da glória, aspirações estas, humanas e sociais que alimentam o desenvolvimento.

Pois bem, a liberdade na perspectiva socialista anárquica é a base da ordem intelectual e moral da sociedade utópica que se busca construir. As questões sobre os direitos e os deveres, nessa sociedade, nascem da necessidade (lei natural que lhe dá direção) que se considera um direito em relação aos outros e que se torna um dever em relação ao todo social⁴.

II - BREVE HISTÓRICO

Hoje, após derrubada do Muro de Berlim, o fim da guerra fria e a Perestroika - capitalização da ex-União Soviética - os libertários tendem a realimentar sua utopia que recoloca a meta radical da democracia direta, a descentralização como todo seu anti-estatismo e anti-autoritarismo. Portanto, torna-se de suma importância resgatar a sua trajetória no final do século XIX e início do século XX, no Brasil.

A reorganização do trabalho no Brasil, meados do século XIX, que introduz o trabalho assalariado nas lavouras de café, em São Paulo, antes mesmo da libertação dos escravos, em 1888, permitiu a imigração de trabalhadores italianos, espanhóis, alemães e russos, que trouxeram para o Brasil as idéias anarquistas. Marcava-se, assim, décadas de luta e organização do movimento operário brasileiro. E juntamente com o pensamento socialista utópico criaram uma história, hoje desconhecida da maioria dos militantes anti-capitalistas.

A história do pensamento anarquista no Brasil passa por homens

4. Op. cit., p. 63.

como o engenheiro francês Louis Vauthier, chefe da Repartição de Obras Públicas (1840-1846), em Pernambuco, que contribuiu para a divulgação das idéias socialistas no Recife, o que influenciou as exigências mais radicais da Revolta Praieira. Ou como o Dr. Jean-Benoit Mure, que criou, em 1840, com mais de cem fourieristas franceses, a primeira comunidade utópica no Brasil, o Falanstério do SAÍ, em Joinville⁵. O mesmo médico fundou, em 1845, um dos primeiros jornais socialistas, O Socialista da província do Rio de Janeiro.

Neste movimento de imigração do pensamento socialista anárquico para o Brasil, se insere a fundação da Colônia Cecília por anarquistas italianos, em 1890, no Paraná. Por esta comunidade passaram duzentas pessoas mas frustrou-se quatro anos depois, ante problemas econômicos e de repressão e isolamento social. Seus membros espalharam-se por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mantendo a luta pelas idéias anarquistas, fundando jornais, organizando sindicatos. Ativistas como GIGI DAMIANI, que nunca deixou de lutar até ser expulso do Brasil, em 1919, ou de GIOVANI ROSSI, o engenheiro agrônomo e ex-militante da AIT, que veio para Santa Catarina dirigir a Escola Agrônômica do Rio dos Cedros e influenciou a criação da primeira cooperativa catarinense⁶.

Outras comunidades foram criadas como o Futuro do IVAÍ, Paraná, 1910, e a Guarema, em São Paulo. O ativismo libertário foi fundamental para a criação dos sindicatos, para divulgação das idéias socialistas, e que se prolongaram até a abertura das escolas modernas ou as escolas livres nos sindicatos como formulação de cultura alternativa. O sindicalismo anarquista recusava o engajamento partidário, mas não caía no corporativismo. O antestatismo, a ação direta e a solidariedade marcaram as grandes lutas do começo do século XX em São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre⁷.

III - AÇÃO MORALISTA DA CLASSE PATRONAL

A organização dos trabalhadores foi lenta e penosa e só começou, de fato, com a criação da Confederação Operária Brasileira em 1907-1908, que promoveu agitações de caráter anarquista. Manifestações populares eram

5. Op. cit., p. 23.

6. Op. cit., p. 24.

7. JORNAL Renovação, dezembro de 1921, nº 03.

realizadas a partir de 1913. As greves sucederam-se entre 1917-1920, em São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Porto Alegre, Pernambuco, Bahia, Juiz de Fora, Petrópolis e Niterói.

Essas greves, em geral, eram respostas às injustiças e exploração social. Tornava-se, pois, a greve, a única força maior de organização e união dos trabalhadores e fonte de reivindicações, criando neles, ao mesmo tempo, uma consciência de seus direitos, ao situá-los como seres pensantes, como indivíduos atuantes e capacitados, como fator de desenvolvimento e progresso.

Imbuídos do sentimento universalista convocavam os trabalhadores:

*Para combater o sistema que os capitalistas defendem e anular para sempre os privilégios de classe, temos que destruir as barreiras que separam os trabalhadores uns dos outros, precisamos acabar de uma vez com os interesses corporativos - a organização por ofícios - e organizarmo-nos em sindicatos e indústria, até formarmos a frente universal. Na luta contra o capitalismo não pode existir interesses de grupo, de fração, mas o interesse da comunidade. Não se deve falar de mecânicos, agricultores, de pedreiros, mas de trabalhadores industriais do mundo, membros duma organização universal.*⁸

A classe trabalhadora teve um aumento significativo no período da Primeira Guerra Mundial com a diversificação da indústria na tentativa de suprir o mercado interno de suas necessidades, uma vez que grande parte do consumo era provido pela importação. Dessa forma, o movimento dos trabalhadores adquire expressão. Passava a classe trabalhadora a ser considerada como força política perigosa ao sistema capitalista.

Everardo Dias destaca, no período compreendido entre 1915-1929, a ocorrência de cerca de 107 (cento e sete) greves no Estado de São Paulo, sendo 31 (trinta e uma) no setor têxtil, 15 (quinze) no setor ferroviário e outras tantas espalhadas nos vários ramos que compõem o setor alimentício, de construção civil e vestuário. Em vista do aumento expressivo do movimento reivindicatório e das pressões do setor empresarial o governo de Epitácio Pessoa publica a lei de repressão ao movimento anarquista. Essa lei, chamada "a lei infame", correspondia a uma reação à agitação social crescente.

8. RAGO, Margareth, 1984, p. 217.

Segundo, ainda, Everardo Dias, a força de organização dos trabalhadores durante a Primeira República devia-se aos anarquistas que resistiram às forças conservadoras e inovadoras do Estado, opondo-se à participação em partidos. Foi também essa força que se pôs contra a situação de exploração da criança e em defesa do trabalho adulto, criando, em 1917, meses antes da greve geral que paralizou São Paulo, um comitê popular de agitação contra a exploração dos menores nas fábricas, pela iniciativa do Centro Libertário de São Paulo. Propunham-se a lutar pela libertação das crianças da "escravidão dos ergástulos do trabalho".

Colocando-se absolutamente contra a exploração do trabalho infantil nas indústrias, o movimento trata de convencer os pais a poupar suas crianças do sofrimento produzido pelas horas de disciplina impingidas pelo trabalho na fábrica em favor do futuro das próprias crianças. Ao invés de empregar as crianças, por que não reivindicar, através do movimento organizado, melhores condições de trabalho e salários mais dignos? Sabia-se que a situação da classe operária era difícil e que essa classe não ganhava para sua subsistência. Porém, cabia a ela o despertar da consciência livrando a infância do pesado fardo que lhe impunha a ação moralizadora burguesa.

O argumento moralista utilizado pelo discurso patronal procura eximir-se de qualquer acusação de barbárie, de desumanidade, de monstruosidade legitimando-se perante a opinião pública. Afinal, quantas crianças não haviam sido retiradas dos orfanatos, das casas de caridade, dos juizados de menores, onde viviam abandonadas em condições muito precárias, para serem empregadas nas primeiras fábricas instaladas no País?...⁹

Assim o trabalho assalariado de centenas de crianças órfãs ou abandonadas transformava-se em trabalho útil, transformando-se o tempo infantil e escolar desperdiçado na produção em mais-valia para o patrão. Com isso aliviava-se os encargos da sociedade para com a população miserável, além de aumentar os ganhos.

A utilização do trabalho infantil tanto como o da mulher, permitia maior lucro ao patrão, uma vez que os salários eram menores e a exploração maior. Reside aí, talvez, a preferência do trabalho feminino e de menores no âmbito da produção fabril no final do século XIX e início do século XX.

9. GHIRALDELLI, Paulo, 1987, p. 128-9.

Colocando na defesa da infância, o movimento operário e a imprensa anarquista propunha-se, desde o início do século, a redirecionar à criança e a população adulta para o saber que lhes foi negado, organizando escolas e centros de estudos sociais. Esta ação tinha como propósito devolver a criança ao espaço que lhe competia e garantir o espaço masculino do trabalho frente à concorrência exercida pelo trabalho infantil e feminino.

Na ampliação da luta operária a imprensa tornava-se veículo indispensável de informação das idéias e valores revolucionários. Assim, os anarquistas do começo do século organizaram mais um jornal - A GREVE.

O Jornal "A Greve", de 24 de agosto de 1903 noticiava a criação do Círculo Libertário Internacional. Tinha como objetivo reunir vários homens que acreditavam no progresso e na vida, para difundir o Pensamento Moderno, constituindo-se num círculo de discussão educativa e de propaganda revolucionária, foco de energias conscientes, capazes de alimentar uma forte corrente de opinião neste país. O C.L.I. tinha por fim fundar um periódico, "A GREVE", dedicado à questão social, criar escolas libertárias, onde se ensinava segundo o método racional instituído pela ciência positiva, organizar uma biblioteca sociológica para uso de seus membros, realizar conferências sobre os mais importantes assuntos científicos, literários e artísticos, representar obras de arte teatrais de valor moral incontestável, dar saraus musicais, realizar excursões expansivas, fundar uma Liga de Resistência, criar um centro de informação nacional e internacional, editar obras de propaganda libertária, promover a venda de publicações literárias que fossem remetidas em consignação, relacionar-se com todos os grupos afins para permuta de idéias, informações, obras, etc.

Os trabalhadores compreendiam a necessidade de ampliação da luta, uma vez que os "donos do poder" - expressão criada por Raimundo Faoro - sem sua ação absoluta tentavam suprimir o conflito social à força. Entendiam, também, o valor da cultura letrada na formação de seus filhos e na organização de estratégias de lutas.

Assim, se referia Eitácio Pessoa, ao ser questionado sobre o movimento dos trabalhadores: "A questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social". No entendimento das autoridades, toda organização de luta dos trabalhadores que se colocavam no enfrentamento do conflito de classe, na intenção de obter vantagens, mínimas que fossem, em prol dos trabalhadores, era gerar violência em praças públicas, era, enfim, desordem. Dessa forma as autoridades policiais agiam prontamente em defesa do capital: subordinando a imprensa, demitindo

funcionários que não vestissem a camisa do órgão oficial em que trabalhavam, com patas do cavalo, com cassetetes e com bala para o operário que reivindicava salários, melhores condições de higiene no trabalho, diminuição das horas de trabalho, etc.

O governo oligárquico, apoiado nas reivindicações populares, soube tirar proveito, criando as bases legais do combate aos trabalhadores que tomavam conta das cidades e, principalmente, tomavam consciência de sua condição de classe explorada e oprimida.

Os anarquistas, aqueles que Everardo Dias destaca como os que mais contribuíram para a organização dos trabalhadores na Primeira República, negavam esta organização social onde imperavam as ambições, a burocracia tecnicamente inoperante e humilhante. Por outro lado, o monopólio exercido pelo governo sobre as informações, proclamado como necessário ao "segredo de Estado", produzia formas de manutenção da injustiça social, impedindo a sociedade de autogerir-se, ou seja, de auto organizar-se. Nessas condições, impunha-se o dilema: o trabalhador julgava-se forçado a escolher entre uma direção que impunha seus "diktats" centralistas e a justaposição desordenada de unidade anômicas, onde imperavam a ausência de normas e organização, ficando, pois, entre o autoritarismo e o caos. Acreditavam, os anarquistas, que havia lugar para a organização das liberdades e que essa forma encontrava-se na auto-organização da sociedade, isto é, na autogestão. A liberdade assim entendida não constituía-se somente em transpor as muralhas do analfabetismo, mas exigia cada trabalhador tivesse as mesmas condições de utilizar os meios disponíveis para entendimento da realidade - entender a si como sujeito de sua própria liberdade e compreender a realidade histórico-social para atingir seus fins.

Vê-se por essa explanação que os partidários da autogestão reconheciam a necessidade de um planejamento, sem, no entanto, delegar os encargos e satisfações que estes lhe dão, assim como a experiência à minoria de especialistas supostamente competentes. Nesse sentido, era conveniente não continuar à sombra das minorias competentes. Os economistas, quando no poder, não fazem melhor que os militares ou os professores. São incapazes de intervir de forma útil no controle da inflação e do desemprego.

Nesta direção, para construir uma sociedade auto-gestionária é necessário dominar os meios e instrumentos básicos de análise e crítica. Marx, analisador histórico e crítico dos sistemas econômicos capitalistas e burocráticos, mostrava que não existiam leis econômicas universais que se

impunham a todos os regimes políticos e que dependem da ciência dos especialistas. De acordo com esse raciocínio, a autonomia econômica do corpo social não inclui somente o arranjo ou rearranjo do que é a sociedade, mas a transformação de condições básicas; autogestão da economia não se reduz a democratizar a economia capitalista, senão a mudar-lhe os fundamentos.

Os anarquistas compreendiam que o capitalismo no plano privado e de Estado punha em prática uma tecnologia muitas vezes contrária à autogestão do trabalho; em consequência, fazia parte do plano de autogestão a mudança radical da organização do trabalho e da sociedade. Para isso, se fazia necessário uma educação racional e nova que possibilitasse a transformação das condições básicas - entre estas, a ciência, a tecnologia - que permitissem prever quais os produtos mais úteis à comunidade dos homens e não os que permitissem a ampliação dos lucros ao produzir o poder dos Estados centralizados.

Nesse sentido, não viam os anarquistas outra forma de transformação, senão a radical - aquela que tinha a tomada do poder como objetivo inicial. Assim, a posse violenta do Estado pelos trabalhadores é defendida por meio da greve geral, da greve revolucionária, pelo levante das massas trabalhadoras armadas e decididas que varreram em poucas horas de luta os seus opressores seculares, dando início a uma nova era de paz, trabalho e justiça.

A luta pela construção de uma democracia radical por parte dos anarquistas e que tinha por base a autogestão não foi por muito tempo aceita pelos comunistas-leninistas (entre outros) trabalhadores evolucionários, sob o pretexto de que a autogestão não podia exercer-se senão no domínio microeconômico, no seio das pequenas cooperativas. No plano nacional, parecia-lhes que ela tomaria impossível a coordenação racional e universal, isto é, a direção central eficaz, considerando-se, em sua opinião, que cada empresa, pelo fato de ser autônoma, só poderia ser tocada pelas preocupações egoístas de rentabilidade local; tal conglomerado antagônico não poderia assegurar o interesse geral; naufragaria inevitavelmente na confusão e na desordem, senão na tramóia.

Por outro lado, compreendiam os anarquistas, que as opções pelo governo de poucos, alinhados com as reformas representativas congressuais, tendem a considerar o pensamento e ação anarquista pouco científico, nomeando, pois, as minorias esclarecidas como as únicas capazes de gerar o interesse comum - interesse de todos. Essa pretensão tem na heterogestão

a sua base de sustentação. Ora, a heterogestão é o oposto da autogestão. Na heterogestão, o indivíduo colabora com a empresa do outro. Isso supõe uma adesão voluntária e o sentimento de contribuir de modo relativamente original para uma empresa comum. Sem dúvida, em certo sentido o indivíduo decide voluntariamente trabalhar; por fim, poderia "optar" por tornar-se desempregado ou vagabundo, renunciar a alimentar seus filhos ou deixar-se morrer de fome. Não lhe resta, pois, senão a si próprio, para sobreviver. Vende, pois, a única coisa que possui: sua força de trabalho. A partir de então está preso a um mecanismo que o determina e é manobrado. Dessa forma, sob a aparência da organização, instaura-se o domínio do homem sobre o homem.

RESISTÊNCIA E EDUCAÇÃO ANARQUISTA

Os partidários do anarquismo recusam essa organização social onde imperam as ambições, a burocracia tecnicamente autosuficiente e humilhante, que impede a sociedade de autogerir-se. Os anarquistas não acreditam em um processo teleológico que estaria "cientificamente assegurado" no curso da história, levando à criação da nova sociedade. Para eles, qualquer mudança radical depende do esforço pessoal de cada um no sentido de sua auto-emancipação e aí, cabe um papel fundamental à educação enquanto formadora do homem novo. O esforço educativo figurava então como meio de superar a alienação a que o homem e a mulher estão destinados na organização burguesa de sociedade. A educação surgia, assim, como arma de luta dos trabalhadores no campo e na cidade por maior autonomia, ou seja, por uma auto-emancipação, sem depender de falsas mediações representadas pelas escolas públicas autoritárias ou pelo parlamentarismo.

Nesta direção, os anarquistas do começo do século, entendiam que a planificação autogestionária não consistia apenas em planejar diferente ou usar técnicas novas, mas planejar usando as inteligências disponíveis e não outra coisa. Só assim, a autonomia autêntica e a autogestão conseguiriam mudar o homem e a vida.

Nesse ínterim, no Brasil da Primeira República, enquanto os intelectuais da burguesia industrial discutiam a ampliação da rede de ensino fundamental que se configurava na escola laica, pública e gratuita a ser desenvolvida pelo Estado e que projetava claramente a centralização na busca da unidade nacional, os trabalhadores anarquistas, conscientes da importância da educação para a nova sociedade que se queria construir - sociedade

socialista - percebem a inibição que a educação pública burguesa traduzia para o seu projeto social. Diante dessa situação ficava cada vez mais claro para o Movimento Operário que a escola burguesa não era a escolha adequada ao seu projeto de sociedade. Partiam, então, para a crítica e para a proposição das escolas racionalistas, tendo como base teórico-metodológica os estudos feitos por Celestin Freinet e Ferrer, na França e Espanha.

O Movimento Operário, a partir do início do século, liderado pelos anarquistas e anarco-sindicalistas, uma vez composto por trabalhadores católicos e livres pensadores, aprofundavam a crítica à sociedade brasileira que se constituía sob o regime da "ordem e do progresso".

Portadores de proposta autogestionária, os anarquistas e anarco-sindicalistas lideravam o movimento operário na luta por redução da carga horária de trabalho, contra o desemprego, por melhores salários e condições de trabalho empenhando-se na defesa da saúde ante a situação de insalubridade do ambiente das fábricas. Desprezavam todas as instituições capazes de submeter o homem e a sociedade à razão absoluta e dogmática da exploração e desonra do homem pelo homem. Por isso, combatiam a Igreja e viam como desnecessário o partido de quadros, portador de programas fechados e produzidos em nome da sociedade, que diziam representar. Contrários ao Estado burguês, os anarquistas atacavam com suas críticas, o Estado e sua máquina governamental e, ao fazê-lo, rechaçavam as medidas políticas educacionais da Primeira República. Mas não ficavam só na crítica, buscavam a organização da escola alternativa, que refletisse o seu projeto social e atendesse as insatisfações dos trabalhadores no que se refere a educação convencional e pública burguesa.

Assim, munidos de fundamentos teóricos, ou seja, instruídos pela leitura de pedagogos anarquistas europeus, a exemplo de Ferrer, os trabalhadores brasileiros participantes da corrente anarquista partiram para efetivação de uma proposta de educação autogestionária.

Os dois primeiros decênios do século XX produziram ricas experiências neste sentido. Uma delas foram os Centros de Estudos Sociais que proliferaram por todo o Brasil. Estes, por razões econômicas, requeriam apenas uma sala e alguns móveis, que abrigassem pessoas e alguns livros - a biblioteca social. Os sócios, trabalhadores urbanos, educavam-se através do ensino mútuo, onde os trabalhadores experientes, quase sempre estrangeiros, dinamizavam a discussão. Os Centros tinham o objetivo de ser ponto de aglutinação dos trabalhadores e de difusão de idéias através de boletins e jornais que ali tinha início.

Outro grande empreendimento educativo dos anarquistas no campo educacional foi a Universidade Popular, fundada em 20 de março de 1904, no Rio de Janeiro e que teve curta duração.

No entanto, a preocupação educativa dos anarquistas estendia-se para a educação da população jovem, saindo, pois do âmbito puramente sindical e de educação de adultos. Dirigia-se agora à nova geração, aquela que devia consolidar a sociedade socialista autogestionária após a revolução que eles tinham no horizonte.

O II Congresso Operário Brasileiro (1913) procurava consolidar a idéia de produzir a educação dos filhos dos trabalhadores, definido que a educação proporcionada pelo Estado e pela Igreja não servia à classe operária.

Contrapondo-se, pois, à democracia burguesa e à organização da sociedade sobre o domínio do capital, estava a classe trabalhadora do início do século, nos grandes centros, onde a produção industrial toma-se realidade com o imperialismo e a expansão do capitalismo industrial.

Como vimos, os operários organizados nos grandes centros buscam nas escolas racionalistas modernas a educação escolar para seus filhos. De acordo com a filosofia anarquista a autonomia operária devia ser mantida. Para que esse valor fosse observado era necessário uma escola que perseguisse alguns princípios. Os trabalhadores buscavam, então, os princípios organizativos da coletividade anárquica e, portanto, da escola que se organizava de forma autogestionária, segundo os fundamentos teóricos encontrados em Ferrer e Freinet.

Várias foram as escolas racionalistas organizadas pelo movimento operário nas primeiras décadas do século XX, de que nos falamos Margareth Rago e Ghiraldelli. Vejamos a fala de Ghiraldelli:

Como fruto direto desse movimento, os anos 10 assistiram à criação de várias Escolas Modernas nas grandes cidades brasileiras. No Estado de São Paulo, o movimento parece ter sido mais intenso; até mesmo pequenas cidades interioranas possuíram uma Escola Moderna.

Em São Paulo funcionaram a Escola Moderna nº 1 e a Escola Moderna nº 2, dirigidas por João Penteado e Adelino

*de Pinho, respectivamente. A Escola de São Caetano funcionou sob a direção de José Alves.*¹⁰

IV - O PENSAMENTO PEDAGÓGICO ANÁRQUICO E A FORMAÇÃO DO HOMEM NOVO

*Quando pensamos em transformar as relações sociais e as relações entre os homens e mulheres, no sentido de construir uma nova sociedade justa, fraterna e igualitária, uma questão surge de forma perturbadora: como formar homens e mulheres livres, sem preconceitos de cor, idade, religião, idéias, ou seja, sem todos esses preconceitos que atravessam as relações criando barreiras entre as pessoas, dificultando a comunicação e ao entendimento?..."*¹¹

Ora, os trabalhadores anarquistas do início do século estavam convencidos da direção a ser dada à educação da população jovem. Movidos por seus ideais, rejeitavam o projeto burguês imposto pela escola pública e criaram as escolas Modernas, mesmo tendo consciência das limitações que o sistema capitalista oferece ao desenvolvimento de uma pedagogia que vai contra seus interesses. Apoiados nos princípios do trabalho e educação, no sentido de recuperar a unidade entre teoria e prática, fator da divisão social do trabalho que impõe a divisão entre os que pensam e comandam e os que executam e obedecem, a educação anarquista buscava tirar da escola a pedagogia do marasmo que nela imperava, invertendo a concepção de escola e educação.

Assim, era que o movimento anarquista e anarco-sindicalista da Primeira República propunha à pedagogia do trabalho, baseada no planejamento da criança, que trouxesse vida à escola, retirando o ar sombrio que envolvia a atividade intelectual e recompusesse nos seus princípios, o seu papel.

A perspectiva anarquista de educação abria a experiência neste início de século com Francisco Ferrer e Guardia na Espanha, em Barcelona, em

10. FREINET, Elise, 1978, p. 170.

11. FERRER, Francisco G., p. 37.

1901 e com Celestin Freinet, na França. Suas práticas e idéias passavam a alimentar o projeto de construção das escolas modernas brasileiras. Em vista disso, Ferrer era homenageado na imprensa anarquista por ocasião de sua morte, fuzilado em 1909, pelo governo espanhol. A imprensa anarquista freqüentemente publicava suas idéias fazendo delas uma arma na luta sem trégua entre o operariado e os "donos do Poder".

Assim, a Revista Liberal publicava de Soledad Villafranca companheira de Ferrer, na Escola Moderna de Barcelona, artigo de uma página, com os seguintes dizeres:

Nada mais oportuno e necessário do que determinar e precisar o que deve ser o ensino racionalista, dado o meio em que vivemos.

Em uma sociedade racionalista, perfeita e justa, se poderia falar de ensino dispensando-se a classificação; na sociedade em que vivemos, porém, o ensino é tradicional, e por isso mesmo, essencialmente estacionário e anteprogressista.

Quantos amam o progresso e anseiam pelas reparações justiceiras que o futuro lhes promete, necessitam preparar a infância para uma educação nova, que rompa a cadeia dos erros tradicionais e fortaleça a inteligência com verdades, para que as gerações porvindouras dêem no decurso da vida o fruto que legitimamente se pode esperar da natureza humana.

... Conclui-se, pois, que a escola laica é insuficiente, que o ensino neutro é indigno, e o ensino integral, é, por enquanto, impossível; resta a educação racional com única e prática.

Ensino racionalista, quer dizer, o ensino que tem como meio a razão e como guia a ciência; como estas ainda não disse a sua última palavra sobre qualquer assunto, resulta que o ensino racionalista não tem programa fixo.

O ensino racionalista tem por fim ensinar todas as verdades experimentais por contrárias que sejam às idéias admitidas anteriormente; terá só em conta a idade da criança para graduar as fases do ensino, para que seu cérebro receba facilmente cada nova impressão que haja de conservar. Nunca será enganada, nem dirá nada que ela não possa compreender.

Tais são os atributos principais do ensino e educação

*racionalista, cujo alcance para a emancipação intelectual e moral da humanidade são já suficientemente evidentes.*¹²

O que podemos esperar da educação tradicional e da educação conservadora, senão indivíduos condicionados, padronizados, disciplinados, dóceis e egoístas, quando não autoritários? A escola burguesa tem como papel, produzir pessoas passivas para o mercado de trabalho, aceitando cegamente as normas e critérios da ordem estabelecida. Ao reproduzir seus valores sociais e morais, a burguesia pretende produzir e reproduzir indivíduos à sua imagem. Enquanto a escola tradicional procura desenvolver atitudes e valores, promovendo relações autoritárias, punitivas, coercitivas, entre professores e alunos.

No entanto, a ação anarquista, a educação anarquista, como vimos no texto de Soledad Villafranca, critica o exercício do poder nas relações sociais em todos dos espaços de sociabilidade em que se produzam - no trabalho, na escola, na família, etc. Ferrer propunha, no lugar de uma educação que levasse a competição entre as crianças, fator de estimulação nas escolas burguesas, uma educação libertadora, que organizasse suas atividades de forma que as crianças criassem e descobrissem, na livre atividade, novas formas de convivência, baseadas na cooperação, na confiança e no respeito mútuo. A escola racionalista não procurava segregar as pessoas segundo suas diferenças. Poderia ser freqüentada por pessoas de idades diferentes e de ambos os sexos, como já frizamos anteriormente, como também pelos filhos da burguesia. Assim organizadas, as escolas racionalistas facilitavam o convívio entre homens e mulheres, colocando-os sob uma condição de igualdade. Era dessa maneira que os anarquistas e anarco-sindicalistas pensavam ao propor a pedagogia de Freinet e Ferrer. Só assim, o novo homem poderia andar com suas próprias pernas, aventurar-se e mergulhar seguramente e em profundidade, assim como contemplar o espaço sem medo e proibição. Nada disso era possível na educação tradicional e conservadora onde o esforço não era contemplado e onde se exigia a obediência à autoridade e submissão à ordem, aos preconceitos e às imposições dos pais, mestres, governantes, patrões e sacerdotes.

A concepção anarquista de formação do novo homem contrapunha-se radicalmente aos preconceitos burgueses onde o castigo e a repressão são instrumentos de formação do caráter da criança, submetendo-a desde a mais tenra idade aos maus tratos, a fim de torná-la civilizada. A concepção

12.

anarquista de educação propunha o oposto desta forma de relacionamento opressivo e gerador do medo, da timidez, da passividade da acomodação. A educação anarquista buscava formar pessoas responsáveis, críticas, desenvolver a espontaneidade criadora, libertar o homem de preconceitos, credências e superstições, que impedem o desenvolvimento pessoal, através de outro procedimento pedagógico.

Ferrer estava certo de que a escola podia e devia ser um meio na formação de homens autônomos. Por isso expressou, assim, a sua confiança na ciência e na capacidade dos homens:

*Queremos homens capazes de revolucionar incessantemente os meios e de renovar-se, homens cuja independência intelectual seja força suprema, que não se sujeitem jamais à nada; dispostos sempre a buscar o melhor, ditosos pelo triunfo das idéias novas e que aspirem viver vidas múltiplas em uma só vida. A sociedade tem tais homens; não pode se esperar que queiram uma educação capaz de produzi-los.*¹³

Em decorrência das argumentações de Ferrer a educação era compreendida como ato político que tendia a construção do caminho de uma mudança radical da sociedade, ou seja, uma democracia autogestionária.

A escola moderna tinha como finalidade uma orientação que tendia a uma sociedade justa, mostrando às novas gerações, as causas dos desequilíbrios sociais, preparação de uma humanidade feliz, livre de ficções mitológicas e de submissão à desigualdade econômico-social, como se esta fosse um inevitável destino. Não podemos, os anarquistas, confiar a educação ao Estado, nem a outros órgãos oficiais na medida em que são mantenedores de leis que consagram a exploração do homem.

Mediante esta configuração da escola racional, Ferrer deixava claro que ela deveria ser organizada sem vinculação direta com o Estado. Deveria ser mantida por associações, agremiações e outros organismos da sociedade civil, ou ser paga conforme as possibilidades dos alunos.

A organização da escola fora da proteção do Estado não devia, na argumentação de Ferrer, apenas ao fato do anarquismo em sua teoria e a

13.

organização da sociedade socialista mas também à conjuntura da época. Assim, enquanto outros países da Europa se abriam aos chamados tempos modernos, como a França e a Itália, a Espanha reforçava o dogmatismo em torno da Igreja, a disciplina em torno do Estado, colado à nobreza, como organizações que preservavam os interesses da elite. A Igreja mantinha a hegemonia cultural e intelectual, portanto, a educação se traduzia como clerical.

Segundo Ferrer, o atraso da Espanha só seria debelado com a educação moderna racional e científica, garantia da autonomia individual necessária à superação da educação clerical, dogmática, abstrata e mecânica, que produzia homens submissos e passivos. Da organização da Escola Racional dependia, pois, a unidade do ensino, com base na educação sexual e de classe, capaz de romper com o misticismo, com o preconceito e com o autoritarismo, que marcavam a educação dogmática imposta pela Igreja.

Ferrer apregoava, ainda, uma autonomia que colocava a questão central da educação do trabalho, que era o esforço humano na sua luta eterna contra as forças da natureza. Segundo Ferrer, esse fato nos levaria à produção de meios - técnicas, instrumentos e métodos que dessem à pedagogia possibilidades de reestabelecer a unidade entre teoria e prática, que o intelectualismo separou e impôs à humanidade. Esta unidade seria garantida na compreensão, por parte do aluno, dos aspectos teóricos e de sua importância na produção de uma prática constantemente renovada, que só a ciência e a técnica garantem.

Para que essa unidade teoria/prática, fosse possível, defendeu Ferrer uma educação que conservasse no homem a faculdade de querer, de pensar, de idealizar e de esperar; que se baseasse unicamente sobre as necessidades naturais da vida, que se manifestasse o mais possível no desenvolvimento e efetividade das forças deste organismo para que todas se concentrassem sobre o mesmo objetivo exterior: a luta pelo trabalho, para cumprimento do que reclama o pensamento. As bases da educação racional, em lugar de fundar-se na instrução conteudística separada dos instrumentos básicos de entendimento da realidade, sobre a aquisição de conhecimentos que não têm significado para a criança, partia da instrução prática e começava, então, pelo ensino do trabalho manual, numa relação da criança com a realidade empírica. Recolocava, Ferrer, a questão da educação autogestionária, que se realiza no conjunto de seus membros ou participantes, sendo seus resultados comunicados a todos, ou seja, uma educação coletiva e comunitária.

BIBLIOGRAFIA

- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- DULLES, Jonh F. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900- 1935)*. São Paulo: Nova Fronteira, 1971.
- FREINET, Elise. *Nascimento de uma pedagogia popular*. Lisboa: Estampa, 1978.
- FERRER, Francisco G. *La escuela moderna*. Ediciones Soledad.
- GHIRALDELLI, Paulo J. *Educação e movimento operário*. São Paulo: Cortez, 1987.
- PEY, Maria Orly e SILVA, Jorge. Pensamento Libertário e/ou Anarquista: História e atualidade. In: *PLURAL* Rev. da Associação dos Professores. UFSC-SSind. Ano 2, nº 2, jan/jun/1993.
- PHOUDHON, Pierre-Joseph. O nascimento da anarquia: a morte da propriedade. In: WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Trad. Júlia Tettamazi e Betina Becker, 3 ed., LPM Editores, 1985.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- RAGO, Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei - Liberalismo e experiência anárquica na República*. Campinas: UNICAMP, 1984. (Dissertação de Mestrado).
- RAMA, Carlos. *Utopismo socialista (1830-1893)*. Venezuela: Ayacucho, 1980.
- RODRIGUES, Edgar. *Os libertários*. Petrópolis: Vozes, 1988.